

[illegible]




Nº DO PROCESSO	0010689/2023	DATA DE ENTRADA	22/05/2023 15:05:41
SETOR DO USUÁRIO			
COMISSÃO DE LICITAÇÃO			

COMPLEMENTO
IMPUGNAÇÃO - PP 19/2023

REQUERENTE	
ESPAÇO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	
TELEFONE	CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)
(21) 2212-0003	

[illegible]

	Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Maricá	Nº DO PROCESSO	DATA ABERTURA
		0010689/2023	22/05/2023 15:05:41
REQUERENTE ESPAÇO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA			
ASSUNTO LICITAÇÃO / IMPUGNAÇÃO DE EDITAL			
COMPLEMENTO IMPUGNAÇÃO - PP 19/2023			

Pregão Presencial n.º 19/2023

Processo n.º 22220/2022

PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 10681/23
DATA DE INÍCIO: 22/05/23
FUBRICA: FLS: 03

ESPACO SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.159.080/0001-09, estabelecida na Rua Vieira Ferreira, 125, Bonsucesso/RJ, vem tempestivamente perante V.Sa., amparada no disposto na Lei nº 10.520/2002, artigo 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, e, subsidiariamente, no artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal e item 1.5 do Edital, pelos fundamentos de fato e direito abaixo expostos, oferecer **IMPUGNAÇÃO** aos termos do Pregão Presencial nº 19/2023, pelas razões a seguir, requerendo para tanto sua admissão, apreciação e julgamento.

1. DA TEMPESTIVIDADE

1. Nos termos do disposto no item 16 do presente Edital, "16.1 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital. 16.2 - A impugnação poderá ser realizada pelos seguintes meios: 16.2.1 - eletrônico, no e-mail: maricacpl@gmail.com, até às 17 horas, de 02 (dois) antes da data fixada para a abertura da sessão pública; ou 16.2.2 - por petição dirigida ou protocolada junto a Comissão Permanente de Licitação, no endereço da Sede da Prefeitura Municipal de Maricá, na Rua Álvares de Castro, nº 346 – Paço Municipal – Centro - Maricá /RJ - CEP 24900-880, das 08:00 às 17:00, diariamente, excetos sábados, domingos e feriados até 02 (dois) úteis anteriores à data fixada neste edital para recebimento das propostas;".

2. O Pregão está agendado para o dia 25 de maio de 2023, encerrando o prazo para impugnação no dia 22 de fevereiro de 2023, entendendo-se ser tempestiva a presente impugnação.

2. DA BREVE SÍNTESE DOS FATOS

3. Trata-se de licitação que será realizada pela Secretaria de Educação de Maricá com o objetivo de contratação de Empresa Especializada, devidamente regularizada, para prestação do Serviço Contínuo de Gestão de mão de Obra, de copeiro, copeiro lácteo, auxiliar de almoxarife ao Município de Maricá, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

4. A ESPACO, ora impugnante se insurge contra o ato desta comissão Permanente que fez exigências descabidas, sem se atentar para os dispositivos

WP

legais, prejudicando a aplicabilidade dos Princípios da competitividade, o que pode gerar um direcionamento no processo licitatório que é vedado pelas leis e princípios administrativos.

5. Portanto, busca-se com a presente impugnação que sejam entendidos os argumentos e a necessidade de alteração do edital, e que sejam tomadas as devidas providências posteriores, quais sejam, a republicação e a redesignação de data para abertura de propostas.

3. MÉRITO – DO DIREITO DE IMPUGNAR

6. A licitação é o procedimento administrativo destinado à seleção da proposta mais vantajosa para futuro contrato administrativo. Por intermédio da licitação, como sabemos, a administração oferece a todos os eventuais interessados em contratar com a administração a possibilidade de apresentarem suas propostas, de acordo com condições pré-definidas em um instrumento convocatório. O procedimento é decorrência natural do princípio da isonomia e prestigia também o interesse público, por vezes materializado na promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

7. O edital é o instrumento de maior importância no procedimento licitatório por conter as regras que disciplinam a competição. Antes de ser levado ao conhecimento do público, por meio da publicação de aviso na imprensa, o edital é elaborado por meio de diversos procedimentos internos, que comumente envolvem a participação de vários setores do órgão ou entidade. Nessa chamada “fase interna” da licitação, é definido o objeto da futura contratação, são checados os requisitos fiscais, as cláusulas do futuro contrato, as condições de pagamento etc.

8. Antes da efetiva publicidade, o edital deve ser objeto de cuidadosa revisão e controle de legalidade — a administração está adstrita aos termos da lei, reza a Constituição, e seus atos devem ter respaldo legal prévio. A chave inicial para uma licitação que atinja os seus objetivos é a elaboração de um edital adequado às normas e ao interesse público que a Administração visa prestigiar com o futuro contrato.

9. O ato de impugnar um Edital de licitação deverá ser motivado por escrito e direcionado ao Presidente da Comissão de Licitação ou no caso de Pregão ao Pregoeiro, sendo que qualquer cidadão é parte legítima para impugnar um edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei n. 8.666/93.

wp

10. No presente caso, segundo os termos do Edital, o pregão eletrônico 002/2023 tem por objeto. "contratação de Empresa Especializada, devidamente regularizada, para prestação do Serviço Contínuo de Gestão de mão de Obra, de copeiro, copeiro lácteo, auxiliar de almoxarife ao Município de Maricá, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos".

11. Os princípios que regem as licitações públicas estão previstos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como no art. 3º da Lei nº. 8.666/93, com destaque à Isonomia e à supremacia do interesse público na busca da proposta mais vantajosa.

3.1 – PREVISÃO DE EXIGÊNCIAS RESTRITIVAS À PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO – ESTIPULAÇÃO DE VALORES MÍNIMOS – FILIAÇÃO A SINDICATO INDICADO

12. O instrumento convocatório não pode fixar ou exigir a Convenção Coletiva de Trabalho- CCT ou Acordo Coletivo de Trabalho - ACT a ser utilizada pelos licitantes na formação de seus preços. **Ao edital cabe apenas informar quais convenções coletivas foram utilizadas para fins de formação do orçamento.**

13. E apesar do edital deixar claro não exigir a filiação a determinado sindicato: *"11.2.3.2.2 - O(s) sindicato(s) indicado(s) nos subitens acima não são de utilização obrigatória pelos licitantes (Acórdão TCU nº 369/2012), mas sempre se exigirá o cumprimento das convenções coletivas adotadas por cada licitante/contratante."* O próprio edital estipula valores salariais mínimos de remuneração.

14. Assim, é contraditório afirmar que não é obrigatório se filiar aos sindicatos indicados no edital, porém, deve ser seguido exatamente os preços estipulados por tal sindicato.

15. O edital deve prever que **cabe ao licitante indicar, na elaboração da proposta, os Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas-bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO),** como preconiza o item 6.2, "c", do Anexo VII-A – Diretrizes Gerais para Elaboração do Ato Convocatório da IN 5/2017 Seges/MPDG:

6.2. As disposições para apresentação das propostas deverão prever que estas sejam apresentadas de forma clara e objetiva, estejam em conformidade com o ato convocatório, preferencialmente na forma do modelo previsto Anexo VII-C, e



contenham todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando, quando for o caso:

c) a indicação dos sindicatos, Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas-bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO);

16. Além disso, a estipulação de valores mínimos vai de encontro com o art. 40, IX, da Lei n. 8.666/1993.

17. O enquadramento sindical de uma licitante, mesmo para aquelas que prestam serviços diversos mediante cessão da mão de obra, é definido por sua atividade econômica preponderante e não por cada uma das categorias profissionais empregadas na prestação de serviços, conforme o entendimento do Tribunal de Contas da União:

9.3. dar ciência à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), com fundamento no art. 7º da Resolução – TCU 265/2014, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico 30/2018, que resultaram na desclassificação indevida de licitante, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de ocorrências semelhantes:

9.3.1. utilização na planilha de formação de preços de norma coletiva do trabalho diversa da utilizada pela Agência para a elaboração do orçamento estimado da contratação, tendo em vista que o enquadramento sindical é aquele relacionado à atividade principal da empresa licitante e não da categoria profissional a ser contratada, em atenção aos artigos 570, 577 e 581, § 2º da CLT e ao art. 8º, II, da Constituição Federal; (ACÓRDÃO Nº 1097/2019 – TCU – Plenário)

18. Com o intuito de supostamente limitar condições remuneratórias outras que não aquelas definidas como satisfatórias pelo promotor do certame, compradores públicos adotam o entendimento de que prevaleceria o enquadramento sindical mais favorável ao empregado – adotando normas coletivas que contemplam direitos, benefícios e vantagens comparativamente mais onerosas. **Tal prática não deve ocorrer, pois, reitera-se, o enquadramento sindical dá-se por aplicação pelo critério legalmente aceito, qual seja, em função da atividade econômica preponderante da empresa e não por imposição de terceiros, muito menos por conta de licitações públicas (Voto do Relator Min. Bruno Dantas, item 22, ACÓRDÃO Nº 1097/2019 – TCU – Plenário).**

wp

19. O art. 30 da Lei 8.666/93 dispõe os limites para a exigência de documentação relativa à qualificação técnica, os quais foram assim apresentados em publicação do TCU (Licitações & Contratos Orientações e Jurisprudência do TCU. 4ª ed. rev., ampl. e atualiz. Brasília, 2010. pp. 355/356):

"Registro ou inscrição na entidade profissional competente; são exemplos de entidades profissionais, o Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia (Crea), o Conselho Regional de Administração (CRA) e outros conselhos fiscalizadores das profissões; não se pode exigir quitação com as entidades profissionais, mas, sim, regularidade; sindicatos não são entidades profissionais, nem a elas se equivalem. Por isso, não se pode exigir, para fins de habilitação, comprovante relativo a sindicatos patronais ou de empregados;"

20. Portanto, conforme destacado no julgado de nº 1097/2019 do TCU, a regra geral do enquadramento sindical, disposta no § 2º do art. 581 da CLT, evidencia que a categoria profissional do empregado deve corresponder à atividade econômica preponderante da empresa, e não a do empregado. A exceção é no caso das categorias profissionais diferenciadas, mas, mesmo assim, é preciso que o empregador esteja representado na negociação coletiva pelo sindicato da categoria econômica.

21. Veja-se o Acórdão nº 2.144/2006-Plenário:

A fixação A fixação, no edital de licitação, de valor mínimo para remuneração de prestadores de serviço praticamente retira a margem de variação a menor das propostas de preços a serem ofertadas, uma vez que a remuneração da mão-de-obra, em regra, tem um altíssimo peso no custo total desses contratos. (...) Estas propostas que não serão apresentadas, sob pena de desclassificação, são justamente as propostas mais vantajosas para Administração. São justamente as que atendem à finalidade da Lei 8.666/93 e ao interesse público. Nesse sentido, não me resta dúvida sobre o acerto da jurisprudência anterior desta Corte, que vedava a fixação de valores mínimos para mão-de-obra nos editais, salvo para as categorias mencionadas no item anterior (...)

Além disso, a simples fixação de valor mínimo para remuneração não garante à administração a prestação do serviço por profissionais mais qualificados. Essa garantia se obtém fixando-se no edital e no contrato, como já se disse, com clareza e precisão,

os requisitos técnicos do profissional de que a administração necessita, além da exigência durante a execução contratual de comprovação, pela contratada, do cumprimento de tais requisitos”

22. Portanto, o enquadramento sindical não é uma questão de competência do órgão licitante, não cabendo a esse interferir, direcionar ou definir qual sindicato ou convenção coletiva que as licitantes estão obrigadas.

23 A exigência de filiação sindical viola o disposto no art. 8º da Constituição Federal, caracteriza ingerência indevida na administração da empresa privada, em afronta ao art. 5º da IN nº 05/2017.

24. Importante registra que em licitação anterior, apensar de ser consagrada vencedora no pregão de mesmo objeto, esta licitante fora desclassificada por não ter apresentado acordo com o sindicato da categoria de Almojarife, conforme consulta realizada ao sindicato: “A empresa, mencionada no requerimento anexo, não possui Acordo Coletivo firmado com o Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado do Rio de Janeiro, e não é legalmente autorizada a utilizar a Convenção Coletiva de Trabalho firmada com o SINEPE-RJ (RJ001772/2022), tendo em vista que este Sindicato Patronal não represente a categoria econômica/empresarial dessas empresas. Sendo assim, por se tratar de uma prestação de serviços em escolas PÚBLICAS, não cabe a utilização desta Convenção Coletiva apresentada para os trabalhadores da Espaço Serviços Especializados LTDA. inscrita no CNPJ no 06.159.080/0001-09, pois o Sindicato da categoria Econômica (patronal) não representa a Empresa citada, tão pouco as escolas pertencentes ao Poder Público Municipal, conforme seu registro no CNES (Cadastro Nacional das Entidades Sindicais), fazendo-se necessária, para os trabalhadores representados pelo SAAE-RJ (sindicato laboral), a apresentação de Acordo Coletivo de Trabalho, firmado pela empresa diretamente com o Sindicato Laboral, conforme preceitua nossa Legislação Constitucional e Trabalhista. O acordo coletivo de trabalho é um documento que dá validade jurídica a uma negociação entre uma empresa e um sindicato. A partir da conclusão do acordo coletivo de trabalho, as regras estabelecidas passam a se tornar a lei vigente entre as partes, substituindo as regras padrão ou criando normas em questões duvidosas. A reforma trabalhista aprofundou ainda mais o valor e a segurança jurídica de regras previstas em instrumentos coletivos. A CLT prevê o acordo coletivo no parágrafo primeiro do seu artigo 611. Diferentemente da convenção coletiva, que vale para a categoria toda de uma Categoria Econômica, no caso dos acordos, teremos a validade apenas para empregados de empresas participantes da negociação”. Após manifestação do sindicato, esta administração entendeu por bem dar por fracassada a licitação.

25. Hoje, através de nova licitação para o mesmo objeto daquela fracassada, o edital insiste em exigir preços mínimos a serem seguidos pelas licitantes com base nos preços praticados pelo sindicato indicado no edital. De

uf

certa forma, a administração está forçando a filiação a determinado edital, o que é vedado.

26. Assim, para que sejam sanados os vícios referidos e seja restabelecida a competitividade no processo licitatório, torna-se imperativo o acolhimento da presente Impugnação, devendo a Administração, no uso de seu poder de autotutela e em vistas à satisfação do interesse público, suspender o certame até que haja a devida retificação do instrumento convocatório

4. DOS PEDIDOS

27. Ante os fundamentos expostos, requer de Vossa Senhoria:

a) que a presente impugnação seja recebida e processada na forma da lei (art. 41, §1º da Lei nº 8.666/93);

b) que, no mérito, seja motivadamente apreciada e, ao final, julgada totalmente procedente com o acolhimento dos pedidos formulados para que alterem a exigência de valores mínimos remuneratórios, vez que a administração deve cobrar apenas o cumprimento das normas trabalhistas, como acordos e convenções coletivas.

c) Republique o edital, com as modificações necessárias e com nova data para a abertura das propostas, na forma do art. 21, da Lei 8.666/93.

d) Requer-se, ainda, caso não corrigido o edital nos pontos ora invocados, seja mantida a irresignação da ora impugnante, para posterior juízo de anulação por parte da autoridade competente para tanto.

Nestes termos

Pede Deferimento

Rio de Janeiro, 22 de maio de 2023.

ESPAÇO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA
Sérgio José dos Santos
Diretor

Sergio José dos Santos

CPF: 045.332.307-33



00-2022/505212-1

Último arquivamento:
00004951549 - 14/06/2022
NIRE: 33.2.0728053-1

Boleto(s):

Hash: 2E57C9EB-D242-4E6E-89BE-F41FBFB01D1A

Orgão	Calculado	Pago
Junta	458,00	458,00
DNRC	0,00	0,00

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

PECUARIA DE MARICA

PROCESSO Nº: 10689/23

LA UE INICIO: 22/03/23

ERICA _____ FLS: _____

[illegible]

RTIFICO O DEFERIMENTO POR LUIZ CARLOS FREITAS MARTINS SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Deferido em 28/06/2022 e arquivado em 28/06/2022

Nº de Páginas	Capa Nº Página
---------------	----------------

8

1/1

Jorge Paulo Magdaleno Filho

SECRETÁRIO GERAL

Observação:

ESPAÇO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

CNPJ: 06.159.080/0001-09

VIGÉSIMA QUINTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 10689/23
DATA DE INÍCIO: 22/03/23
MARCIA FLS: 12

SÉRGIO JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, casado, pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da carteira de identidade nº 098199425, expedida pelo IFP/RJ, nascido em 06/04/1976, inscrito no CIC/MF sob o nº 045.332.307-33, residente e domiciliado nesta Cidade do Rio de Janeiro na Av. Dom Helder Camara, nº 4880 – BI 2 Apt 908 GR 5, CEP 20771-004 – Cachambi, Rio de Janeiro-RJ.

ALEX DOS SANTOS DE MENDONÇA, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 13/09/1973, RG 090992702, IFP RJ, CPF 023.542.787-05, residente e domiciliado n/Cidade, na Est. Campo da Areia, nº 900, Casa 2, Tanque - RJ, CEP 22743-310.

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada denominada **"ESPAÇO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA"**, com sede no Município do Rio de Janeiro na Rua Vieira Ferreira, nº125, Bonsucesso – Rio de Janeiro – RJ, Cep:21040-290, Município do Rio de Janeiro - RJ, e filiais na Rua Pereira Landin nº 204 – Ramos – Rio de Janeiro – RJ, Avenida Amaral Peixoto, 479 – Sala 301, Niterói – RJ, Cep 24020-072 e Rua Boaz Velasco, 569 – Lote 8 Quadra 26, Araçatiba, Maricá – RJ, Cep 24901-370. Cujos atos constitutivos foram averbados na JUCERJA, sob o nº 3320728053-1 por decisão de 18.03.2004, e, última alteração contratual registrada sob o nº 00002870978, por decisão de 18/02/2016, resolvem de comum acordo e nos melhores termos de direito alterar o respectivo instrumento, conforme adiante cláusulas aduzidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Nesta data, informar as filiais na Avenida Amaral Peixoto, 4179 sala 301, Niterói, RJ, Cep 24020-072 e Rua Boaz Velasco, 569, Lote 8 Quadra 26, Araçatiba, Maricá, RJ, Cep 24901-370 já descritos na 21ª alteração contratual em 14/01/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA: Alterar a cláusula 7ª, administração da sociedade caberá aos sócios, **SÉRGIO JOSÉ DOS SANTOS** e **ALEX DOS SANTOS DE MENDONÇA** investidos na função de gerente, com poderes e atribuições de todos os atos de gerência, autorizando o uso do nome empresarial, devendo a representação da Sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante repartições públicas, federais, estaduais, municipais, autárquicas ou de economia mista, instituições financeiras ou de créditos, ser exercida pelos sócios isoladamente.

Em virtude da informação acima ora realizada os sócios resolvem **consolidar o contrato social** da sociedade, de acordo com a Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme cláusulas e condições a seguir:

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº: 10689/23
DATA DE INÍCIO: 22/05/23
FOLHA: 13

SÉRGIO JOSÉ DOS SANTOS, brasileiro, casado, pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da carteira de identidade nº 098199425, expedida pelo IFP/RJ, nascido em 06/04/1976, inscrito no CIC/MF sob o nº 045.332.307-33, residente e domiciliado nesta Cidade do Rio de Janeiro na Av. Dom Helder Camara, nº 4880 – Bl 2, Apt 908 GR 5 CEP 20771-004 – Cachambi, Rio de Janeiro-RJ.

ALEX DOS SANTOS DE MENDONÇA, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 13/09/1973, RG 090992702, IFP RJ, CPF 023.542.787-05, residente e domiciliado n/Cidade, na Est. Campo da Areia, nº 900, Casa 2, Tanque - RJ, CEP 22743-310.

Únicos sócios componentes da sociedade Empresária Limitada denominada **“ESPAÇO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA”**, com sede no Rua Vieira Ferreira nº125, Bonsucesso – Rio de Janeiro – RJ. Cep:21040-290, Município do Rio de Janeiro- RJ , e filiais na Rua Pereira Landin nº 204 – Ramos – Rio de Janeiro – RJ, na Avenida Amaral Peixoto, 479 sala 301, Niterói, RJ, Cep 24020-072 e Rua Boaz Velasco, 569, Araçatiba, Maricá, RJ, Cep 24901-370 cujos atos constitutivos foram averbados na JUCERJA sob o nº 3320728053-1, por despacho de 18/03/2004 e última alteração registrada sob o nº 00-2022-472524-6 por decisão de 09/06/2022, resolvem de comum acordo e nos melhores termos de direito consolidar o respectivo instrumento, como o fazem nas formas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Da Denominação Social, Sede e Filial:

A sociedade gira sob o nome empresarial de **“ESPAÇO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA”**, com sede no Município do Rio de Janeiro- RJ – à Rua Vieira Ferreira nº 125 – Bonsucesso - Rio de Janeiro – RJ e filiais na Rua Pereira Landin nº 204 – Ramos – Rio de Janeiro – RJ, Av. Amaral Peixoto, 479 – Sala 301, Niterói – RJ, Cep 24020-072 e Rua Boaz Velasco, 569 – Lote 8, Quadra 26, Araçatiba, Maricá – RJ, Cep 24901-370, podendo outrossim, abrir novas filiais, agências ou sucursais em qualquer parte do Território Nacional, destacando-se-lhe para este fim capital autônomo.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Objeto Social:

A sociedade tem como objeto social a prestação de serviços de Locação de Mão de Obra Temporária de acordo com a Lei nº 6019/74, Terceirização de Mão de Obra Especializada e não Especializada, Consultoria na Área de Recursos Humanos, Manutenção de Áreas Verdes, Limpeza e Conservação de Imóveis, Limpeza Hospitalar, Desinsetização, Desratização, Desinfecção de Cisterna e Caixa D'água, serviços de limpeza, desinfecção ou descontaminação de superfícies de veículos terrestres em trânsito por postos de fronteiras, aeronaves, embarcações, terminais aquaviários, portos organizados, aeroportos, postos de fronteiras e recintos alfandegados, manutenção predial, civil, elétrica, mecânica telefônica, hidráulica, serviços acessórios e complementares em atividades de administração, recursos humanos e financeiros, logística, serviços de informática, digitação, operador de micro-computador, operador de CPD, digitação de documentos, serviços de leitura de medidores e entrega de contas, serviços de apoio técnico especializado e administrativo, serviços especializados de apoio didático e administrativo e suporte operacional, suporte às atividades de gestão para as atividades de ensino e pesquisa, suporte técnico e administrativo às atividades de desenvolvimento, acompanhamento e operação nas áreas temáticas, museologia, metodologia pedagógica, tecnologia e informática, serviços de apoio técnico-operacional nas áreas de gestão desenvolvimento tecnológico, produção e controle de qualidade de imunobiológico, serviços de telefonia, rádio comunicação, sonorização, serviços de

apoio gerenciamento em edições de periódicos e gráfica, auxiliar de produção, almoxarife, ascensorista, serviços de copeiragem, garçom, cozinha, cozinheiro, auxiliar de cozinha, nutricionista, mensageiro, reprografia-operação de equipamento, teleatendimento, call center, telefonista, portaria, atendimento ao público em geral, recepção secretaria, garagista, frentista, manobrista, motorista, operador de carga e descarga, operador de empilhadeira, movimentação de carga em geral, vigia, técnico em eletrônica, técnico em telecomunicações, técnico em edificações, serviços de brigadista de incêndio, assistente administrativo, administrador, auxiliar de serviços gerais, analista de custos, auxiliar de escritório, carpinteiro, estofador, lustrador marceneiro, marcheteiro, eletricista, bombeiro hidráulico, pedreiro, azulegista, pintor, mecânico, jardineiro, serralheria, alvenaria, engenheiro, arquiteto, enfermeira, auxiliar de laboratório, médico, assistente social, museólogo, conservação de acervo histórico cultural, bibliotecário, conservação e preservação de patrimônio histórico, serviços especializados em biotecnologia, Locação e operacionalização de veículos, estacionamento mensal e rotativo, e serviços de TI e CFTV, contador, técnico de contabilidade, técnico de segurança do trabalho, engenheiro segurança do trabalho, economista e revisor de texto.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Prazo de Duração:

A sociedade iniciou suas atividades em 18.03.2004, e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA - Do Exercício Social e Balanço:

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apuradas.

Parágrafo único: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.

CLÁUSULA QUINTA - Do Capital Social:

O Capital Social é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) totalmente integralizados em moeda corrente do País, e dividido em 10.000.000 (dez milhões) de cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, e distribuídas entre os sócios nas seguintes proporções:

Sócios	% Participação	Qtde Cotas	R\$ Capital
SÉRGIO JOSÉ DOS SANTOS	80%	8000000	8.000.000,00
ALEX DOS SANTOS DE MENDONÇA	20%	2000000	2.000.000,00
	100%	10000000	10.000.000,00

CLÁUSULA SEXTA - Da Responsabilidade dos Sócios:

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Administração da sociedade:

A administração da sociedade caberá aos sócios, **SÉRGIO JOSÉ DOS SANTOS** e **ALEX DOS SANTOS DE MENDONÇA** investidos na função de gerente, com poderes e atribuições de todos os atos de gerência, autorizando o uso do nome empresarial, devendo a representação da Sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante repartições públicas, federais, estaduais, municipais, autárquicas ou de economia mista, instituições financeiras ou de créditos, ser exercida pelos sócios isoladamente.

Parágrafo Primeiro: O sócio fica dispensado de caução para o exercício de gerência.

Parágrafo Segundo: Os sócios poderão, por unanimidade, nomear administradores não sócios e responsáveis técnicos, que serão investidos nos cargos, mediante termo de posse no Livro de atas da administração.

CLÁUSULA OITAVA – Da Retirada Pró-Labore:

Os sócios, poderão efetuar uma retirada mensal a título de pró-labore, importância esta que será combinada entre os mesmos, e, em caso de divergência até o limite de isenção previsto na legislação do Imposto de Renda, pela tabela do trabalho assalariado.

CLÁUSULA NONA - Da Cessão ou Transferência de Cotas:

As cotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo Único: O sócio que desejar retirar-se da sociedade ou vender parte de suas cotas, deverá oferecê-las por escrito ao outro sócio, que terá o prazo de 60 (sessenta) dias para se pronunciar. Após decorrido o prazo de preferência sem que a mesma tenha sido exercida pelo outro sócio, poderá o sócio vendê-las a terceiros. Prevalecerá para a fixação do preço da cota social o valor do ativo líquido da Sociedade, tomando-se por base o último balanço.

CLÁUSULA DÉCIMA - Do falecimento, Herdeiros e Sucessores:

Em caso de falecimento de um dos sócios, a sociedade não se dissolverá, podendo o "de cujus" ser substituído por seus herdeiros, ou representantes legais, mediante a concordância dos sócios remanescentes.

Parágrafo Primeiro: Caso não haja interesse dos herdeiros em continuar na sociedade, os haveres do sócio falecido serão apurados por Balanço Especial levantado para este fim e pago com base na situação patrimonial da sociedade, a data da realização do balanço para quitação em 06 (seis) prestações iguais, vencíveis a partir da apresentação do Alvará Judicial que autorize a adjudicação das cotas ou do formal de partilha.

Parágrafo Segundo: Fica facultado, mediante acordo unânime entre os herdeiros e os sócios, outras formas e condições de pagamento, desde que não afetem a situação econômico-financeira da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – Dos administradores:

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidas de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA – Da Alteração Contratual:

O presente Contrato Social poderá ser alterado com a anuência expressa dos sócios quotistas, assistindo ao sócio que divergir da Alteração do Contrato Social a faculdade de se retirar da Sociedade, obtendo o reembolso da quantia correspondente ao seu capital, na proporção do último balanço aprovado.

Parágrafo único: Toda e qualquer modificação no Contrato Social será averbada, nos termos do Artigo 999 do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do Foro da Sociedade:

Elegem as partes o foro da cidade do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões decorrentes do presente contrato, renunciando, expressamente, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem de pleno acordo, em tudo quanto neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente contrato por si, seus herdeiros e sucessores na presença de duas testemunhas abaixo, em três vias de igual teor e forma com uma via destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 21 de Junho de 2022.

SERGIO JOSE DOS
SANTOS:04533230733

Assinado de forma digital por SERGIO
JOSE DOS SANTOS:04533230733
Dados: 2022.06.23 11:08:16 -03'00'

SÉRGIO JOSÉ DOS SANTOS

ALEX DOS SANTOS DE
MENDONCA:02354278705

Assinado de forma digital por ALEX DOS
SANTOS DE MENDONCA:02354278705
Dados: 2022.06.23 10:39:24 -03'00'

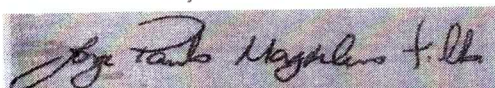
ALEX DOS SANTOS DE MENDONÇA

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA ESPACO SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA, NIRE 33.2.0728053-1, PROTOCOLO 00-2022/505212-1, ARQUIVADO EM 28/06/2022, SOB O NÚMERO (S) 00004971509, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.



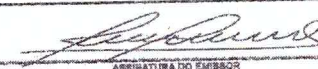
CPF/CNPJ	Nome
045.332.307-33	SERGIO JOSE DOS SANTOS
023.542.787-05	ALEX DOS SANTOS DE MENDONCA

28 de junho de 2022.



Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

PREFEITURA DE MARICÁ
PROCESSO Nº 10689/23
DATA DE INICIO: 22/05/23
FLS: 18

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADIAS DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO		RJ
NOME SERGIO JOSE DOS SANTOS		
	DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF 098199425IFRRJ	
	CPF 045.332.307-33	DATA NASCIMENTO 06/04/1976
	FILIAÇÃO JOSE SEBASTIAO DOS SANTOS SEVERINA MARIA DOS SANTOS	
	PERMISSÃO D	CAT. HAB. D
Nº REGISTRO 00262982690	VALIDADE 19/02/2024	1ª HABILITAÇÃO 30/01/1998
OBSERVAÇÕES		
 ASSINATURA DO PORTADOR		
LOCAL RIO DE JANEIRO, RJ	DATA EMISSÃO 20/02/2019	
 ASSINATURA DO EMISSOR		45404015099 RJ605186073
RIO DE JANEIRO		

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1810282870

PROIBIDO PLASTIFICAR
1810282870